

A potência política da re-existência - corpos em performance contra o genocídio da juventude negra ¹

Jussara MAIA ²

Daniela MATOS ³

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA

RESUMO

Centrada na articulação entre a figura materna e a ação política de mulheres/mães que atuam contra o assassinato de jovens negras(os), a capa da terceira edição impressa da Revista Afirmativa, examinada neste artigo, aciona um vínculo dialético entre vida e morte, contra o extermínio do povo preto. A ilustração, na materialidade de sua composição, constitui a potência de corpos femininos vivos no combate ao genocídio da juventude negra, subvertendo o discurso que a constitui como autora da violência. Investigamos como, deste modo, é conformada uma comunicabilidade que performa existências políticas capazes de tensionar a lógica policial do Estado moderno, deixando ver estruturas de sentimento que se sustentam numa ideia de coletivo para disputar outros modos de existir.

PALAVRAS-CHAVE: genocídio negro; performance; necropolítica; Afirmativa.

Introdução

Este artigo analisa como a Revista Afirmativa, ao abordar o genocídio de afrodescendentes, no destaque principal da capa da terceira edição impressa, constitui uma performance em que a luta política se instala, com a participação de viventes e não viventes, mobilizando potências inscritas em corpos tornados visíveis. A ilustração ao performar uma experiência extrema, amplamente aferida e difundida no Brasil, com pouca ou nenhuma atenção de ações governamentais efetivas, conta uma história e, assim, transforma os conhecimentos acerca da violência que envolve a maior parcela da população brasileira, para operar a potência de uma política a favor da vida.

¹ Trabalho apresentado no GP Estética, Políticas do Corpo e Gênero XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Docente do Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL/UFRB e do Programa de Pós Graduação/ Mestrado-UFRB.

³ Docente do Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL/UFRB e do Programa de Pós Graduação/ Mestrado-UFRB.

As análises da incidência da Revista *Afirmativa* no processo comunicativo, com a referida capa, publicada em 2018, são formuladas com o olhar nas questões provocadas pela noção de performance, segundo a abordagem do linguista suíço Paul Zumthor (2007), que volta-se para uma percepção acurada da atuação do corpo ao estudar uma produção literária em sua poética. Em diálogo com esta compreensão, Richard Schechner (2013) percebe a performance como comportamentos restaurados que são atualizados no processo de recepção. Neste percurso reflexivo, consideramos que o enfrentamento ao genocídio de afrodescendentes no âmbito comunicacional de uma publicação jornalística que tensiona a objetividade, ainda reivindicada no campo, há a “presença viva” de uma estrutura de sentimento. A hipótese cultural foi formulada por Raymond Williams (1979), crítico galês e um dos principais expoentes dos estudos culturais, para esquadrihar movimentos de contraposição à hegemonia da sociedade capitalista burguesa inscritos em produções culturais.

No percurso deste texto, começamos com a apresentação da revista *Afirmativa* e apontamos dimensões aferíveis da experiência do genocídio, como quantificação da condição de barbárie que deixa ver as pegadas do Estado moderno, de sua acepção mercantil-capitalista colonial até a lógica do capitalismo neoliberal rentista contemporâneo, cujo discurso busca invisibilizar o trabalho humano na mensuração do lucro. Em seguida, apontaremos como as teorias e conceitos configuram a constituição do comunicacional, enquanto rastro de uma experiência de luta, no enlace entre produção cultural e recepção, em um movimento no qual morte e vida se opõem e se cruzam, articulando dimensões da constituição da hegemonia e da contra-hegemonia. Por fim, fazemos emergir nos exercícios analíticos apreensões constituídas e constituidoras da luta forjada com corpos cuja presença envolve tanto as sensibilidades dos traços da artista Annie Ganzala na ilustração e de jovens jornalistas afrodescendentes brasileiros, quanto as nossas, com nossos próprios corpos não negros, como autoras deste artigo, afetadas por essa experiência contemporânea brasileira.

Comunicação contra a barbárie

Planejada com o objetivo de disputar narrativas para fazer emergir experiências que a mídia hegemônica silencia ou apresenta com o apagamento das vozes dos

principais atores sociais implicados⁴, a revista *Afirmativa* foi lançada em 2014 por estudantes do curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A instituição foi criada pela Lei Nº 11.151, de 29 de julho de 2005, a partir da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, como parte de uma política pública de redução das assimetrias regionais, com a oferta de ensino público superior, por meio do Plano de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior- REUNI. Com uma conformação Multicampi, a UFRB está presente hoje em seis cidades, Cruz das Almas, Cachoeira, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Santo Amaro e Feira de Santana. A universidade se destaca pela criação de uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE que constitui um contexto sócio-histórico e institucional fundamental para o surgimento da revista (MATOS et al, 2016).

Fig.1 Mosaico com as capas das 03 edições impressas da Revista *Afirmativa*



Fonte: <https://revistaafirmativa.com.br/>

Desde o lançamento, a *Afirmativa* atua no enfrentamento ao silenciamento de corpos negros, como indicam as capas das edições impressas (Fig. 1), mobilizando a comunicação no combate às assimetrias produzidas pelo racismo estrutural (ALMEIDA,

⁴ Exemplo dessa posição foi a abordagem da notícia sobre o Atlas da Violência 2020, em 27 de agosto de 2020, no Jornal Nacional, telejornal de maior audiência no país. O noticiário informou apenas os dados gerais da pesquisa, com uma nota sobre a arte com os números, e orientou a/o telespectador(a) a entrar no Globoplay para assistir a matéria que, segundo o apresentador e editor William Bonner, “nós exibimos no Jornal Hoje”. Assim, o JN indica que o genocídio negro, ainda que estatisticamente aferido, tem maior relevância jornalística para a população negra, representada pela apresentadora do Jornal Hoje, Maria Júlia Coutinho. Enquanto opera na ambiguidade sobre a gravidade dos dados para toda a sociedade, a Rede Globo busca ampliar seu faturamento, com o convite para a audiência se tornar assinante de sua mais nova plataforma.

2018) como uma crise que transpassa o tempo. Explícita, com o slogan “Somos nós, falando de nós, para todo mundo”, o fazer político de uma mídia negra que se articula à longa trajetória de publicações que historicamente lutaram contra o racismo (PINHEIRO, 2019). A publicação parte da experiência de ser negro em um país que, após relutar em por fim à exploração colonial do trabalho de afrodescendentes com a escravidão, formalmente extinta em 1888, hoje segue, ano após ano, com o aumento da violência letal contra a população afrodescendente, enquanto diminui a violência entre a população não negra.

Tomamos aqui vida e morte como matrizes interpretativas de formas contemporâneas da política, da soberania e do sujeito no exercício de uma necropolítica que produz ‘mortos-vivos’ (MBEMBE, 2018). A partir da compreensão do filósofo camaronês, observamos e tensionamos a própria noção de raça em sua condição de uma “construção fantasista ou de projecção ideológica cuja função é desviar a atenção de conflitos antigamente vistos como mais verossímeis – a luta de classes ou a luta de sexos, por exemplo” (MBEMBE, 2014, p.27). A relevância do assunto que emerge na cobertura jornalística de uma mídia negra aborda a condição extrema impingida a seres humanos, sustentada por vozes que relatam vivências individuais e compartilhadas e aparecem em registros de pesquisas sucessivas, a exemplo da aferição realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir do Atlas da Violência.

Os dados publicados no Atlas da Violência 2020, com números registrados até 2018, apresentam uma série histórica que evidencia o aprofundamento das desigualdades raciais no que se refere à violência letal no Brasil. Entre 2008 e 2018, as taxas de homicídio apresentaram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não negros houve uma diminuição de 12,9%, apontando um risco de vida que é 25% maior para a população afrodescendente brasileira, um abismo que é, na maioria das vezes, posto de lado nas comunicações hegemônicas. Quando é considerado o recorte de gênero, os dados seguem confirmando a desigualdade racial no período, com a indicação de uma queda de 11,7% na taxa de homicídios de mulheres não negras, enquanto o percentual de assassinatos de mulheres negras aumentou 12,4%. A taxa de homicídio para cada 100 mil habitantes entre pessoas negras é de 37,8, mas cai para 13,9 entre pessoas não negras. Na Bahia, território de referência e de luta para a Revista Afirmativa, esses números são ainda mais extremos: a taxa para cada 100 mil habitantes

é de 50,8 entre pessoas negras e 15,4 entre pessoas não negras. Esta aferição indica um risco relativo de 3,3, ou seja, na Bahia uma pessoa negra tem três vezes mais chances de morrer - vítima de homicídio - do que uma pessoa não negra.

As reflexões neste texto dão continuidade às pesquisas que iniciamos em 2016, quando produzimos, com Jorge Cardoso Filho e Luiz Nova, um artigo publicado na Revista *Animus*, debatendo o modo como a Revista *Afirmativa* produz um deslocamento do jornalismo, enquanto prática cultural e formação discursiva, ao assumir uma posição diante de questões étnicas, políticas, sociais, religiosas e culturais contemporâneas. Envolve também o percurso de pesquisas que foram finalizadas no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB sobre o lugar da Revista *Afirmativa* como mídia negra, nas dissertações de Jonas Pinheiro (2019) e Alane Reis (2020).

Diante dessa vivência cotidiana, a publicação aqui analisada se alia a inúmeras iniciativas que se concentram na luta em defesa da vida como parte do processo de resistência às investidas de um biopoder (FOUCAULT, 2015) que ativa uma necropolítica (MBEMBE, 2018), ordenadora de formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte. Entendemos com Mbembe (2018) que ao constituir a comunicabilidade com a ilustração, a *Afirmativa* é conformada pela realidade demonstrada por números brutais da sociedade pós-colonial brasileira e também atua na transformação dessa condição, contra a necropolítica que põe em relação resistência, sacrifício e terror.

a noção da necropolítica e do necropoder para dar conta de várias formas nas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas são empregadas no interesse da destruição máxima de pessoas e a criação de mundos de morte, formas novas e únicas de existência social nas quais vastas populações são sujeitas a condições de vida que conferem a elas o status de morte em vida (MBEMBE, 2018, p. 30).

A noção de necropolítica avança no debate formulado por Michel Foucault (2015) para a compreensão do dispositivo da sexualidade, como uma das mais importantes tecnologias do biopoder no século XIX, a partir de disciplinas do corpo e das regulações da população, com o objetivo de ordenar o poder sobre a vida. Na visada foucaultiana sobre a sexualidade, esta operação, no século XVIII, foi vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e sua atuação para que os fenômenos próprios à vida da espécie humana, na ordem do saber e do poder, fossem inseridos no campo das

tecnologias políticas, em que o poder assumiu a função de gerir a vida. Mas, concordamos com Membe (2018) que a escravidão foi uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica. Se no passado a soberania se definira pela potência de morte, esta potência se reconfigura com a biopolítica que assume a administração dos corpos e a gestão calculada da vida, com o acento específico de uma necropolítica para corpos negros.

Performances da transformação

A noção performance guia nossa observação da relação entre objeto comunicacional e percepção, tomando esta e aquele de modo histórico e culturalmente situado, como parte da reiteração de um comportamento que, ao se desdobrar, abre-se para potências na recepção. Exatamente essa relação, entre poética e o receptor de carne e osso, despertou o interesse de Zumthor (2007), como parte de seu movimento para restituir a consideração das energias vocais de uma civilização conformada pela hegemonia da escrita. O autor avançou numa teoria da performance que inscreve a recepção como dimensão constitutiva de todo processo comunicativo que se cristaliza em e para uma percepção sensorial mobilizadora do corpo.

Interessa-nos observar a performance na abordagem da capa da *Afirmativa* como um processo de afetação, tomando a inserção da revista no âmbito comunicacional com objetivos explícitos e declarados no campo. Implica enfatizar, como destaca Zumthor (2007), que “a performance e o conhecimento daquilo que se transmite afeta o que é conhecido. A performance, de qualquer jeito, modifica o conhecimento. Ela não é simplesmente um meio de comunicação: comunicando, ela o marca” (p. 32).

Esta compreensão se aproxima da perspectiva teórica de Schechner (2013), pioneiro na circunscrição dos *Performance Studies*, ao apontar o foco sobre a dimensão social dos comportamentos restaurados, numa composição que transita entre individualidade e coletividade, atravessando o tempo e se atualizando sob condições históricas específicas que participam da formulação dos sentidos ali performados. “O comportamento restaurado está “lá fora”, à parte do “eu”. Colocando em palavras

próprias o comportamento restaurado “sou eu me comportando como se fosse outra pessoa” ou “como me foi dito para fazer”, ou “como aprendi” (p. 34)⁵.

Investigamos neste artigo dinâmicas que se entrelaçam por meio da restauração conformada em níveis que são sociais, culturais, em especificidades históricas e institucionais, pessoais ou subjetivas, no ato que dá existência ao fenômeno. “As diferenças encenam as convenções e as tradições de um gênero, as escolhas pessoais feitas pelos atores, diretores e autores, os múltiplos padrões culturais, as circunstâncias históricas, e as particularidades da recepção” (SCHECHNER, 2013, p. 37)⁶.

Investigamos como a ilustração (Fig. 2) performa, restaura um comportamento político feminino de sustentação da mãe na luta por seu filho morto e “Contra o extermínio da juventude negra”, como diz a placa no centro da imagem, conferindo à Afirmativa uma performance capaz de abrir caminhos para enfrentamento dessa realidade. A imagem faz alusão à reportagem identificada com o título ‘Trajetórias interrompidas – O luto e a luta das mães que sobrevivem ao genocídio’, enfatizando vida e morte como parte da necropolítica que incide sobre uma parcela específica da sociedade, de jovens como alvos principais da violência letal.

Fig. 2 Capa da 3ª edição da Revista Afirmativa



⁵ Tradução nossa do original: “Restored behavior is “out there,” separate from “me.” To put it in personal terms, restored behavior is “me behaving as if I were someone else,” or “as I am told to do,” or “as I have learned” (SCHECHNER, 2013, p. 34).

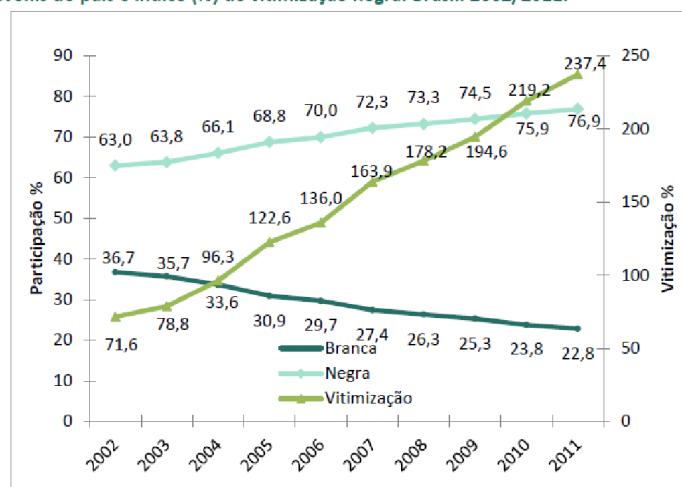
⁶ Tradução nossa do original: “The differences enact the conventions and traditions of a genre, the personal choices made by the performers, directors, and authors, various cultural patterns, historical circumstances, and the particularities of reception” (SCHECHNER, 2013, p. 37).

Fonte: <https://revistaafirmativa.com.br/>

O foco sobre o perfil das vítimas aponta mais um atravessamento que precisa ser articulado à dimensão racial: a categoria geracional. Foram 30.873 jovens vítimas de homicídios no ano de 2018, o que significa uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens, e 53,3% do total de homicídios do país. E entre esses jovens, negros e negras são as principais vítimas. A partir dos dados disponibilizados pelo Atlas da Violência 2020 (IPEA) não é possível fazer a interseção das duas dimensões, de perfil geracional e racial simultaneamente. Mas os dados do Mapa da Violência (2013) mostram esse cruzamento nos quais, mesmo com dados menos atualizados, é possível perceber a tendência e confirmá-la com os dados mais atuais. Como não nos interessa exatamente os índices, mas a experiência da vida vivida pela juventude negra no Brasil, o gráfico abaixo é bastante significativo, evidenciando curvas separadas por uma diferença de que se amplia de 23,6% (em 2002) para 54,1 (em 2011) a diferença entre jovens brancos e negros como vítimas de homicídio no período. Essa ampliação do abismo entre as duas experiências de vida diante da violência é ratificada pelos dados que demonstram uma tendência decrescente em 22,8% para o assassinato de jovens brancos enquanto o índice de homicídio de jovens negros ascende e chega a responder por 76,9% das vítimas nessa faixa geracional.

Fig. 3 – Dimensão racial e vitimização sobre % de homicídios de jovens

Gráfico 8.2.2. Participação % de jovens brancos e negros no total de homicídios juvenis do país e índice (%) de vitimização negra. Brasil. 2002/2011.



Fonte: SIM/SVS/MS

Fonte: Mapa da Violência 2013

Desagregando as informações, sistematizadas no Mapa da Violência 2013, por território, chegamos ao terrível retrato da situação na Bahia (em dados de 2011): a taxa de homicídio entre os jovens negros era de 100,1 por 100 mil enquanto entre jovens brancos era de 31,6. Naquele momento a tendência era crescente, e articulando aos dados mais atuais publicados tanto pela Mapa da Violência 2016 quanto pelo Atlas da Violência 2020, compreendemos que não há motivos para acreditar que essa realidade tenha se alterado significativamente nos últimos anos.

Assim, chegamos a um panorama que nos apresenta o jovem negro como principal vítima da violência, mas esta realidade não ocupa espaço relevante nas narrativas hegemônicas – sejam midiáticas ou governamentais – que constituem esse sujeito e seu lugar no mundo vivido. Contraditoriamente, nessas formulações, a esse indivíduo é destinado prioritariamente o lugar de algoz, de autor da mesma violência que determina a sua (in)existência. Assim, é configurada uma percepção já bastante sistematizada no campo dos estudos de juventude: o jovem como causador de problemas sociais e de pânico que, portanto, precisa estar sob controle e coerção das forças repressoras do Estado e suas instituições (MATOS, 2015). Esta compreensão adquire sentidos mais veementes quando estamos diante de corpos jovens e negros (JORGE JÚNIOR, 2020).

É diante contexto, e operando uma ação política a partir da disputa narrativa, que a ilustração destaca duas dimensões de futuro que estão imbricadas e garantem a única existência possível no presente para essas mães: o luto e a luta. O que na nossa perspectiva é capaz de criar uma “cena de dissenso” - em articulação com a proposta de Jacques Rancière para pensar a ação política - na medida em que configura uma nova partilha do sensível, incluindo aqueles “sem parte” e rompendo um ciclo de normalização da morte, e, portanto, do apagamento de corpos negros do tempo e da memória. Na formulação de Angela Marques (2012), em diálogo com Rancière, o fazer político como produção do dissenso é o “que se constituem quando ações de sujeitos que não eram, até então, contados como interlocutores, irrompem e provocam rupturas na unidade daquilo que é dado e na evidência do visível para desenhar uma nova topografia do possível” (MARQUES, 2012, p.3).

Mulheres e quilombos - estrutura de sentimento

A hipótese cultural de estrutura de sentimento, nos termos da teoria cultural marxista de Raymond Williams (1979), contribui nesta análise para observar como a produção cultural expressa marcas de experiências sociais passadas, com a valorização do modo como estas são aprendidas no presente, na constituição do embate que opera na configuração do hegemônico. Central na formulação da hipótese, o conceito de hegemonia formulado por Antonio Gramsci é desenvolvido e percebido como “todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e do nosso mundo” (p. 113).

Identificar processos de transformação cultural em curso por meio da hipótese parte da consideração de que “analisar a cultura é descobrir os modos de construir uma alternativa ao capitalismo” (GOMES, 2011, pgs. 42-43). Williams (1979) interroga as dinâmicas de processos que produzem uma forma, uma estrutura, organizada em convenções ordenadoras de produtos culturais, a partir de vivências do passado de uma sociedade, mas considerando também as transformações que expressam o modo como o sentido é atualizado na interação, enquanto experiência de abertura para como se vive no presente.

Nem toda a arte, porém, se relaciona com uma estrutura contemporânea de sentimentos. As formações efetivas da maior parte da arte presente se relacionam com formações sociais já manifestas, dominantes ou residuais, sendo principalmente com as formações emergentes (embora com frequência na forma de modificações e perturbações nas velhas formas) que a estrutura de sentimento, como solução, se relaciona (WILLIAMS, 1979, p. 136).

Por meio da descrição de elementos em operação na cultura, como significados, práticas e valores vinculados a distintas temporalidades, como residuais, dominantes e emergentes, Williams (1979) relaciona a estrutura de sentimento à percepção de um movimento que atualiza e, por vezes, se contrapõe ao hegemônico. Os elementos dominantes constituem a própria ordem social hegemônica em operação no presente da sociedade, enquanto os residuais estão em atuação na cultura, mas foram forjados no passado, ainda que não fique explícito o vínculo com a experiência histórica pretérita, ao contrário do arcaico, “totalmente reconhecido como elemento do passado” (p. 125). Já os elementos emergentes de uma cultura, fundamentais na identificação de estruturas de sentimento e foco do olhar do teórico marxista, são diferentes de novos significados

e valores, que operam na mesma ordem social, pois se exprimem por oposição ou alternativa à cultura dominante.

Tomando a revista como produção cultural, a estrutura de sentimento convoca uma visada que observa como são constituídos significados, valores e práticas na ilustração que destaca como central a imagem do corpo feminino materno ligado ao jovem assassinado. Ao invés de um feto ao qual, por meio de um ato de memória, uma mãe se liga através do cordão umbilical está um corpo jovem. A vulnerabilidade que caracteriza a vida de um feto indica a condição de deriva da experiência de ser um jovem negro nesta sociedade. O cordão umbilical opera na ilustração e na narrativa como uma espécie de laço que restitui a inexistência como existência, borrando a lógica do tempo para enfatizar que corpos negros foram vulneráveis no passado e o são no presente. A publicação opera, na dialética entre vida e morte, por meio de uma narrativa atual que opera para alterar o futuro.

O cordão umbilical materializa o vínculo objetivo da mãe que perdeu o filho jovem para uma necropolítica do Estado brasileiro que mata mais os corpos negros. A ilustração expõe a morte do jovem, que no presente da publicação não tem mais existência corporal, e o sofrimento da mãe cuja maternidade agora se sustenta na abstração daquele vínculo conformado na experiência da luta coletiva de mulheres para mostrar que os jovens negros não compõem uma “população descartável” (BUTLER, 2018). É uma perda que faz o tempo parar, como recusa a ser passado, como se diante da impossibilidade de ter o corpo do filho, no presente, ter sua ausência fosse uma forma de vínculo que os atos de memória podem propiciar. Com a ilustração, a Afirmativa faz o que bell hooks(2019) chama de intervenção radical, operando criticamente no mundo das imagens para transformá-lo e conferindo posição de destaque aos movimentos políticos de libertação e autodefinição, falando sobre aquilo que não foi falado.

Apenas mudando coletivamente o modo como olhamos para nós mesmos e para o mundo é que podemos mudar como somos vistos. Neste processo, buscamos criar um mundo onde todos possam olhar para a negritude e para as pessoas negras com novos olhos (hooks, 2019, p. 39).

A imagem da ilustração apresenta o ponto de vista da experiência do genocídio da população negra, com uma mãe que reitera o seu vínculo com o filho jovem, disposto

em um plano distinto do dela, mas com sua existência nutrida pela atenção de seu olhar e de sua luta. Mais que uma disposição, há aqui um embate evidente no cartaz que uma mulher segura, identificada como todas as mulheres por meio da inscrição no peito que diz “Mães de Luta”, para explicitar uma batalha coletiva que não vai parar, inegociável. Atrás e acima dela está uma multidão de mulheres, exibidas ao fundo sobre o desenho de construções sobrepostas que vinculam a luta a um território específico. Considerando o racismo como uma hegemonia inscrita na cultura e na estrutura social brasileira (ALMEIDA, 2018), esta articulação entre luta política e território toca a experiência dos quilombos como uma memória da resistência à escravização de afrodescendentes no país, que se atualiza com uma marca do engajamento de mulheres.

Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, de atitude à associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra (NASCIMENTO, 2006, p. 124).

Com a capa a revista explicita uma escolha que opera nos marcos de sua atuação em um espaço público conformado em dupla inscrição, subjetiva-individual e coletiva, articulada a movimentos sócio-históricos. A ilustração inscreve como política a união dos corpos inseridos como imagem de fundo para um corpo feminino central, identificado no plural (Mães de luta).

estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (BUTLER, 2018, p. 17).

A Afirmativa atua com uma performance política fundamental à construção de outra noção de sociedade, distinta daquela que está presente nas mídias hegemônicas, que opera no processo dessa própria constituição. Com o seu fazer insurgente, a revista conduz o Brasil a uma efetiva reconfiguração de sua existência como povo. “Se o povo é constituído por uma complexa interação entre performance, imagem, acústica e todas as diversas tecnologias envolvidas nessas produções, então a “mídia” não apenas transmite quem o povo afirma ser, mas se inseriu na própria definição do povo” (BUTLER, 2018, p. 26).

Considerações finais

Na resistência à necropolítica, restituir o passado para o qual a memória se volta é, talvez, a dimensão a partir da qual seja construído o caminho, exatamente na crise, tomada como possibilidade de reinstalar o curso do tempo para fazer nascer novas velhas utopias. A união de mulheres adquire na ilustração e na efetiva produção da revista, que conta com a participação de oito mulheres e um homem, uma marca que opera como performance em sua abertura para a interação e uma estrutura de sentimento que enuncia a condição feminina como potência de construção política de resistência, nutrida por um vínculo que se sustenta no sentido de maternidade e coletividade. Percebida como sujeito mais exposto ao racismo estrutural, a mulher negra indica também uma potência política, no complexo jogo da luta. “A margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos” (KILOMBA, 2019, p. 68).

A destruição das pessoas e a criação de ‘mundos de morte’ (MBEMBE, 2018), aferidos por meio dos números, apontam para o funcionamento do necropoder que a Afirmativa toma como referência para sua narrativa sobre a morte de jovens negros que engendra no comunicacional um embaralhamento do tempo, ao deixar evidente a suspensão de futuro que estes assassinatos produzem. A capa da revista torna visível uma tragédia humana a constituindo como crise forjada por meio da memória, observada aqui como um campo de tensão e conflito ao problematizar o passado, por meio de sua reinstalação como dimensão esvaziada de devir.

Por isso é tão fundamental o trabalho da Afirmativa e sua atuação na disputa de narrativas, constituindo novos imaginários. Por meio da racionalidade o imaginário também está impregnado de ideologias, ao lado da sensibilidade, do sentimento, do afeto. A criação feita pela Afirmativa dá forma ao que opera de modo informal ou disforme na sociedade, às vezes para denunciar como narradora o vivido que é não dito, não sentido, portanto não existente como experiência social partilhada.

Podemos dizer que a revista atua no que Muniz Sodré (2017) considera uma comunicação transcultural, como um diálogo, um vaivém que através das narrativas produz novos termos para as disputas de sentido. O autor nos chama atenção para o grau de abertura propiciado pelo pensamento no complexo simbólico nagô, como uma

filosofia da diáspora na qual, através do diálogo, as diferenças se determinam mutuamente no processo e no encontro.

Por meio de performances como a que analisamos neste texto, a revista *Afirmativa* opera na disputa de narrativas, fazendo emergir comportamentos que restauram o sofrimento do luto frente a um corpo cuja ausência é presentificada, mas conformam também a potência da união de corpos femininos em luta para produzir respostas às perguntas que não podem ser mais silenciadas: Qual o lugar desse jovem vítima da violência? Qual o lugar dessa mãe que sobrevive ao extermínio? Como constituir suas presenças em meio às forças de silenciamento e aniquilamento?

A *Afirmativa* é, assim, constituída e constituidora de imaginários e participa da urgente transformação da sociedade, põe em comum, em comunidade, em comunicação a experiência de lutas sociais de ontem e de hoje. O seu fazer comunicacional transforma o vivido, operando como força política e também dando existência a novos imaginários de valorização do saber, do fazer, do sentir, do viver de pessoas negras em suas realizações criativas, de transformação da experiência social e das subjetividades de todas e todos. Porque o que está em transformação não é só a dimensão do imaginário e do vivido de pessoas negras, mas toda a existência em comum.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Letramento, 2018.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas** - Notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- hook, bell. **Olhares negros** - raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade** - A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- GOMES, Itania M. M. Raymond Williams e a hipótese cultural da estrutura de sentimento. In: GOMES, Itania M. M. & JANOTTI JÚNIOR, Jeder (Orgs.). **Comunicação e Estudos Culturais**. Salvador: Edufba, 2011.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2020**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019.
- JORGE JUNIOR, Mário. **Juventude Negra na Televisão Baiana**: uma análise dos discursos e sentidos nos telejornais da TV Bahia e Record TV Itapoan. Dissertação defendida em 2020, no

Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** - episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARQUES, Ângela. **Três bases estéticas e comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Anais do XXI Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Juiz de Fora, 12 a 15 de junho de 2012.

MATOS, 2015. Narrativas em tensão: modos de ser jovem na(da) periferia. **Revista Contemporânea**, Salvador, v.13 – n.02 – maio-ago 2015 – p. 453-470, 2015.

MATOS, Daniela et al. Revista Afirmativa: uma experiência nos campos de jornalismo, cidadania e políticas afirmativas. **ANIMUS: Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, v. 15, n. 29, p. 69-86, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução Renata Santini. São Paulo: n -1 Edições, 2018.

_____. **Crítica da razão negra**. Tradução Maria Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTIS, Alex. **Eu sou Atlântica** - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial, 2006.

PINHEIRO, Jonas de J. **Alma Preta e Afirmativa** - experiências contemporâneas de mídias negras na luta contra o racismo. Dissertação defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

REIS, Alane. **A nação em pauta**: projetos políticos e vidas negras na revista afirmativa. Dissertação defendida em 2020, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

SCHECHNER, Richard. **Performance Studies**: an introduction. New York: Routledge, 2013.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

Waiselfisz, Julio. **Mapa da Violência 2013 - Homicídios e Juventude no Brasil**. Secretaria Geral da Presidência - Brasília.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. Tradução Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosacnaify, 2007.